

RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.374 - SP (2019/0338647-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : SARAY BARTOLOZZI EMYGDIO
RECORRENTE : ANA APARECIDA COSTA
RECORRENTE : ANDREA GALVAO CESAR PIMENTA
RECORRENTE : ANTONIA JAKLINE CAVALCANTE FREITAS
RECORRENTE : BENEDITO HENRIQUE TEIXEIRA
RECORRENTE : CACILDA DE MACEDO SANTOS
RECORRENTE : DANIEL CANDIDO DA SILVA
RECORRENTE : EDSON CARMO DE SOUZA
RECORRENTE : ELAINE CRISTINA DOS ANJOS PAPOY
OUTRO NOME : ELAINE CRISTINA DOS ANJOS
RECORRENTE : ELISANGELA GRANA
RECORRENTE : ILDA MARIA DE LIMA PORTO
RECORRENTE : JOAO FERREIRA NUNES FILHO
RECORRENTE : JUREMA GABRIEL DE RAMOS
RECORRENTE : MARI EMILIA GARCIA TOZATO
RECORRENTE : MARIA APARECIDA FERREIRA
RECORRENTE : MARIA CRISTINA DO CARMO
RECORRENTE : MARIA DALVA BUSCATTI
RECORRENTE : MARIA DO CARMO DA SILVA
RECORRENTE : MARIA DO SOCORRO DE SA
RECORRENTE : MARIA IZILDINHA DIAS DIONISIO
RECORRENTE : MARISA ALVES MELO DA SILVA
RECORRENTE : REGGIANE HEIDRICH
RECORRENTE : RENATA CRISTINA GONCALVES
RECORRENTE : RICARDO VALERIO CAVERSAN
RECORRENTE : SANDRA REGINA DOS SANTOS SILVA
RECORRENTE : SILVANA MARIA DELGADO ISSA LLEDO
RECORRENTE : SUELY CASTAGNAZZI
RECORRENTE : TAMY MONTEIRO DOS SANTOS COSTA
RECORRENTE : WILTER GUERZONI
ADVOGADOS : RICARDO FALLEIROS LEBRAO - SP126465
MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS
E OUTRO(S) - SP250793
VICTOR SANDOVAL MATTAR - SP300022
CLÁUDIO SÉRGIO PONTES - SP265750
LUCAS CAVINA MUSSI MORTATI - SP344044
LUIS RENATO PERES ALVES FERREIRA AVEZUM -
SP329796
SILVANA MAGNO DOS SANTOS SANDOVAL -
SP102565
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JÉSSICA LORENCETTE GODOY E OUTRO(S) -
SP430531

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **SARAY BARTOLOZZI EMYGDIO E OUTROS** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento de agravo de instrumento, assim ementado (fl. 218e):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. *Impugnação ao cumprimento de sentença rejeitada pelo juízo a quo. Recurso dos impugnados para que a fixação da verba honorária seja feita nos termos do artigo 85, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil de 2015. Condenação ao pagamento de honorários advocatícios que foi indevida. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 225/229e), consoante os fundamentos resumidos na seguintes Ementa (fl. 226e):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. *Ausente qualquer das hipóteses autorizadoras para oposição dos embargos. Recurso com escopo exclusivamente infringente, visando a instaurar nova discussão sobre questões já apreciadas. Inadmissibilidade. A interpretação dos agravantes de que a Súmula nº 519 do C. STJ somente se aplicaria ao devedor o particular, e não à Fazenda Pública, não possui guarida na jurisprudência. Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença não são cabíveis honorários advocatícios. EMBARGOS REJEITADOS.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa ao art. 85, §§ 1º, 3º e 7º, do Código de Processo Civil, alegando-se, em síntese, que "[...] a verba honorária foi fixada em valor fixo (R\$ 500,00), ignorando o comando contido no artigo 85, § 3º, do CPC/2015, que assevera a fixação em porcentagem sobre o valor do proveito econômico obtido, nas ações em que a Fazenda Pública figurar como parte. De acordo com o *decisum* ora recorrido, nos casos de rejeição à impugnação ao cumprimento de sentença é inviável o arbitramento de honorários advocatícios, em virtude do disposto na súmula acima mencionada. No entanto, ressalta-se que a regra da Súmula n. 519 do C. STJ, aplica-se apenas às execuções em face do devedor particular" (fl. 236e).

Com contrarrazões (fls. 242/248e), o recurso foi inadmitido (fls. 249/250e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em REsp (fls. 316/317e).

Em juízo de retratação, o tribunal de origem manteve a decisão de inadmissibilidade do recurso por seus próprios fundamentos (fl. 271e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou a pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Não obstante impugne acórdão proferido em agravo de instrumento, entendo relevante registrar o cabimento do presente recurso especial, porquanto ausente a possibilidade de modificação do *decisum* originário, considerando não se tratar de decisão precária. Portanto, a insurgência endereçada à Corte é o caminho apropriado para impedir a preclusão da matéria.

O tribunal de origem decidiu acerca da controvérsia nos seguintes termos (fls. 220e; 227/229e):

Pois bem.

O ponto controvertido desta lide reside no valor arbitrado a título de condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Conforme entendimento do C. STJ, nos termos da Súmula nº 517, “São devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada”, e,

conforme disposição da Súmula 519, “na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios”.

Desta feita, conforme previsto na legislação e na jurisprudência concernente ao tema, não deveria ter havido condenação ao pagamento de honorários advocatícios, razão pela qual deve ser negado provimento ao recurso.

(...)

A interpretação dos agravantes de que a Súmula n° 519 do STJ somente se aplicaria ao devedor particular, e não à Fazenda Pública, o não possui guarida na jurisprudência, conforme se vê abaixo:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Decisão que rejeitou a impugnação - Indevida a condenação do ente público ao pagamento de honorários advocatícios Inteligência da Súmula n° 519, do Superior Tribunal de Justiça Decisão mantida - Recurso desprovido" (Agravado de Instrumento n° 2128845-55.2019.8.26.0000 / Relator(a): Moreira de Carvalho / Comarca: Pacaembu / Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público / Data do julgamento: 25/06/2019).

"CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CORREÇÃO MONETÁRIA APLICAÇÃO DO ART. 1 °-F DA LEI 9.494/97, NA REDAÇÃO DA LEI 11.960/09 - INADMISSIBILIDADE - INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELA SUPREMA CORTE - IMPUGNAÇÃO REJEITADA - AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA - IMPUGNAÇÃO REJEITADA - VERBA HONORÁRIA INDEVIDA AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO NO PARTICULAR" (Agravado de Instrumento n° 2242669-26.2018.8.26.0000 / Relator(a): Ricardo Feitosa / Comarca: São Paulo / Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público / Data do julgamento: 22/04/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Cobrança de honorários de sucumbência fixados em ação anulatória. Alegação de a verba é cobrada em duplicidade, porquanto já teria sido quitada com a adesão ao Programa Especial de Parcelamento (PEP). Inexistência de bis in idem. Honorários sucumbenciais mencionados no art. 8º, I, do Decreto n° 58.811/12 que dizem respeito a execuções fiscais relativas aos débitos submetidos a parcelamento e não guardam relação com os decorrentes da sucumbência em ação

ordinária relação com os decorrentes da sucumbência em ação ordinária movido pelo contribuinte para questioná-los. Ausência de limitação da defesa do executado. Cálculos apresentados pela Fazenda que permitem a compreensão do que se está a executar. Excesso na execução não reconhecido. Inadmissibilidade de arbitramento de honorários advocatícios no caso de rejeição de impugnação ao cumprimento de sentença. Súmula 519 do STJ. Precedentes. Agravo parcialmente provido" (Agravo de Instrumento nº 2057906-50.2019.8.26.0000 / Relator(a): Bandeira Lins / Comarca: Descalvado / Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Público / Data do julgamento: 22/04/2019).

"CUMPRIMENTO DE SENTENÇA IMPUGNAÇÃO REJEITADA VERBA HONORÁRIA FIXADA EM AFRONTA À SÚMULA 519 DO STJ - AGRAVO DE INSTRUMENTO BUSCANDO MAJORAÇÃO NÃO PROVIDO" (Agravo de Instrumento nº 2229586-40.2018.8.26.0000 / Relator(a): Ricardo Feitosa / Comarca: São Paulo / Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público / Data do julgamento: 08/04/2019) (destaques meus).

A respeito da condenação ao pagamento de honorários advocatícios em impugnação ao cumprimento de sentença, esta Corte firmou orientação em julgado sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, segundo o qual: a) são cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se"; b) descabida a condenação quando rejeitada a impugnação; e c) devida a verba quando acolhida, ainda que em parte, a impugnação.

Eis a ementa do precedente:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS).

1.2. Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao

cumprimento de sentença.

1.3. Apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.134.186/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/2011, DJe 21/10/2011).

Com fundamento no paradigma, esta Corte editou enunciados sumulares, os quais dispõem:

Súmula 517: São devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada.

Súmula 519: Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios.

Vale registrar que a Súmula n. 519/STJ aplica-se às execuções contra a Fazenda Pública, consoante precedente assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELO ENTE PÚBLICO REJEITADA. FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. DESCABIMENTO.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Temas 407, 408, 409 e 410, aos quais está vinculado o Recurso Especial Repetitivo 1.134.186/RS, firmou o entendimento de que "Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença".

2. Nessa linha, o acórdão recorrido encontra-se em dissonância do entendimento firmado no âmbito do STJ em relação à desnecessidade de condenação em honorários na hipótese de rejeição de impugnação ao cumprimento de sentença.

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1770191/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 17/12/2018).

Assim, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado no âmbito do STJ em relação à desnecessidade de condenação em honorários na hipótese de rejeição de impugnação ao cumprimento de sentença, restando, por conseguinte, prejudicado o exame da alegada violação do art. 85, §§ 3º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015.

Superior Tribunal de Justiça

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora